



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: Monografia Final**

ROBERTO CARVALHO MONTEIRO

**Elementos da Cyber-Soberania na China: a censura do governo e seus efeitos
na sociedade civil e no mercado global**

**BRASÍLIA – DF
2018**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: Monografia Final**

ROBERTO CARVALHO MONTEIRO

**Cyber-Soberania Chinesa: a censura do governo e seus efeitos na sociedade
civil e no mercado global**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais do UniCEUB, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof^o Dr^o. Cláudio Tadeu

**Brasília-DF
2018**

ROBERTO CARVALHO MONTEIRO

**Cyber-Soberania Chinesa: a censura do governo e seus efeitos na sociedade
civil e no mercado global**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais do UniCEUB, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof^o Dr. Cláudio Tadeu

Brasília, 30 de maio de 2018

BANCA EXAMINADORA

Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes
(Professor orientador)

Marcelo Gonçalves do Valle
Examinador

**Brasília - DF
2018**

| | |
|---|----|
| Sumário | |
| INTRODUÇÃO | 6 |
| LISTA DE SIGLAS | 8 |
| 1: Poder, Cibernética e Relações Internacionais..... | 9 |
| 1.1. Poder e legalidade | 12 |
| 1.2. Desejo de poder..... | 15 |
| 2: Construção do protecionismo na República Popular da China | 18 |
| 2.1. Método de filtragem da informação | 24 |
| 2.1.2. Bloqueio de IP | 25 |
| 2.3. Criação da “Administração do Ciberespaço da China”..... | 27 |
| 3: Impactos na Sociedade Civil e nas Empresas | 30 |
| 3.1. Google na República Popular da China | 31 |
| 3.2. Promoção direcionada pelo estado | 34 |
| 3.3. Going out – Oportunidade e desafio para as empresas chinesas | 35 |
| 3.4 O alto custo da censura na internet..... | 36 |
| 3.5. Cyber-segurança..... | 37 |
| 3.6. Padrões técnicos paralelos são um desafio para empresas ocidentais | 38 |
| 3.7. A pirataria é um problema para o mercado digital | 39 |
| 3.8 Redes de hackers na China | 40 |
| 3.9. A política alemã contra o protecionismo chinês | 40 |
| 3.10. Facebook..... | 41 |
| CONCLUSÃO..... | 45 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 47 |

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mim próprio, por não ter desistido deste tema mesmo com pessoas dizendo que seria bem difícil

À minha namorada, Clara Santana, que me deu forças para continuar estudando chinês e por ter sido firme comigo nestes dias de desenvolvimento.

À minha mãe, Yvonisa Iizuka, que teve muita paciência comigo e que me ajudou a pensar sobre este tema e me fez olhar além do que eu poderia imaginar.

Ao meu professor e orientador, Claudio Tadeu, que soube me guiar pelo caminho certo para conseguir escrever esta monografia.

Aos meus amigos de Brasília, que me ajudaram a escolher, refinar e pesquisar artigos para este trabalho, especialmente Lucas Aquino e Mayra Alanna.

Ao meu pai e familiares que me incentivaram e debateram comigo a minha monografia.

Muito obrigado mesmo por tudo, sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui.

打开窗户，新鲜空气和苍蝇
就会一起进来。

*Dǎkāi chuānghù, xīnxiān kōngqì hé
cāngyīng jiù huì yìqǐ jìnlái.*

"Se você abrir a janela para ter ar fresco, você tem que esperar que algumas moscas entrem"

Deng Xiaoping (1904 – 1997)

RESUMO

Este trabalho busca identificar e analisar o que é ciber-poder e ciber-soberania, mostrar como a censura na internet é feita analisar o impacto em grandes empresas de sites globais com a vedação do mercado chinês e como isso beneficia as empresas de sites chineses com relação às suas rivais estrangeiras, verificar como a sociedade civil e empresas reagem ao bloqueio de informações e mercados na internet.

Palavras-Chave: China, censura da internet, ciber-soberania, ciber-poder, globalização

ABSTRACT

This work seeks to identify and analyze what is cyber-power and cyber-sovereignty, show how censorship on the internet is made to analyze the impact on large companies of global sites with the Chinese market fence and how it benefits Chinese website companies with relation to its foreign rivals, to verify how civil society and companies react to the blocking of information and markets on the Internet.

Key words: China, Censorship, Internet, cyber-sovereignty, cyber-power, globalization

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca estudar, de forma exploratória, a função e responsabilidade do ato de censura da internet na República Popular da China junto aos seus atores estatais, empresas chinesas e estrangeiras e a sociedade civil chinesa e de que forma afeta os mesmos, quando ações e decisões de um país soberano pode afetar o globo como um todo.

Para tanto, explana sobre como é feita esta censura na internet como estratégia de fortalecer uma empresa chinesa no mercado interno para depois internacionalizá-la. Tal estratégia vem ajudando a China a ter uma forte concorrência com empresas multinacionais e transnacionais de todo o mundo. Serão abordados também os impactos na sociedade chinesa, como a população geral e acadêmicos chineses têm a vida afetada por este bloqueio, bem como o controle do Partido Comunista Chinês para evitar informações sensíveis ao governo fazendo com que as mesmas não cheguem à sociedade.

Neste sentido, o presente estudo pretende analisar como o protecionismo chinês beneficia as empresas de sites chineses e prejudica as suas concorrentes internacionais por não poder atuar em território chinês, como o Google e o Facebook, demonstrado como as leis chinesas atuam para proteger e como elas infringem o acordo internacional de livre acesso à internet.

A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, para a abordagem teórica, pesquisa em sites de internet, com foco em sites chineses, no que se refere aos dados comerciais, análise de mercado e dados sociais chineses. Portanto, é uma proposta de atualização e exploração do tema em meio ao século XXI. São explicados como se dão os processos de censura na internet chinesa e como isto gera os novos desafios e conflitos para a sociedade e para o Partido Comunista Chinês, com o foco na parte socioeconômica e como ela é regulada pelo PCC de forma unilateral.

No capítulo 1 deste trabalho foi realizado uma abordagem teórica. Haverá reflexões sobre as questões que envolvem teoria do Cyber-Poder de Joseph Nye, bem como teorias de Dahl, Keohane e Mersheimer. O capítulo 2 explana como foi a construção do protecionismo estatal no mundo virtual feito pelo governo chinês e como ele é realizado hodiernamente, por fim no último capítulo irá mostrar o impacto de deste bloqueio virtual em empresas de sites internacionais e como isto está

corroborando para que haja um protecionismo para empresas s nicas no mercado interno chinês e a ideia de “Going Out” como política de governo.

LISTA DE SIGLAS

CAC - Administração do Ciberespaço da China

CPC - Partido Comunista da China

DCP - Partido Democrático da China

OCLGCA - Escritório do Grupo-Líder Central da Assuntos do Ciberespaço

RPC - República Popular da China

RSA - É um algoritmo de criptografia de dados, que deve o seu nome a três professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Ronald Rivest, Adi Shamir e Leonard Adleman.

SCIO - Escritório de Informação do Conselho Estadual

TI - Tecnologia da Informação

VPN - Rede privada virtual, do inglês Virtual Private Network

ZTE - Zhong Xing Telecommunication Equipment Company Limited

1: Poder, Cibernética e Relações Internacionais

O poder é um dos termos mais complexos da área de relações internacionais, determinar exatamente o que é o poder é algo inalcançável, pelo menos até os dias atuais, com o surgimento das novas tecnologias para melhorar a comunicação entre os povos, surgiu a internet com a mesma começaram a existir várias questões relacionadas ao ambiente cibernético devido a sua extrema complexidade para controlar algo virtual, muitas vezes sem algo tangível, sendo assim, um ativo intangível¹.

Na obra de Joseph Nye (2010), as influências do governo nos mecanismos de defesa do interesse e soberania é inegável, como se pode perceber que todas as nações do planeta vigiam a internet mundial em várias formas e níveis dependendo dos seus interesses nacionais, de modo que o mundo virtual deixa as relações de poder em um nível elevado, como amplia-se um cubo mágico, adicionando uma camada extra ao cenário da diplomacia global, a camada do cyber-poder.

Para Nye (2010) o poder cibernético implica, junto do fenômeno da revolução da informação, numa mudança qualitativa dos processos de câmbio de poder, isto é, para o autor a emergência do ciberespaço e de uma forma de poder nele, o poder cibernético, contribui para um fenômeno novo: a difusão do poder. (NYE, 2010). A argumentação de Nye baseia-se no seguinte encadeamento lógico: visto que a revolução da informação tem por base os rápidos progressos tecnológicos baseados no computador, nas comunicações e nos softwares e que estes progressos se caracterizam por “diminuições dramáticas nos custos de criação, processamento e transmissão da informação” (NYE, 2010, p 1-2, tradução nossa).

Diferentes atores teriam, graças às reduções dos custos de entrada, acesso ao domínio cibernético, podendo dessa forma atuar sobre este a fim de obter seus objetivos desejados, caracterizando-se assim, o poder cibernético no marco dos chamados poderes comportamentais de Nye (*behavioral power*). (NYE, 2010; 2016).

¹ São produtos que podem ser vistos e utilizados, porém não podem ser tocados, por exemplo, sites, software e aplicativos de celular.

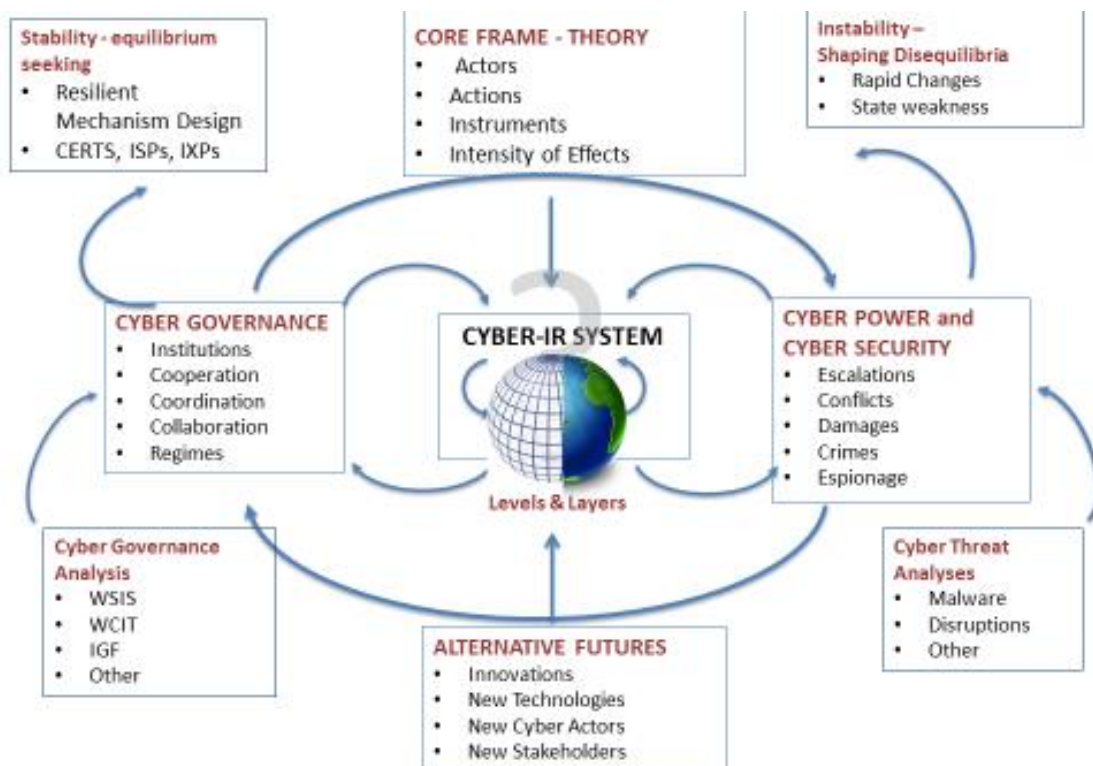


Gráfico 1 - Fonte: Choucri (2015)

Tendo o poder cibernético como um conjunto de recursos que influenciam na criação, controle e comunicação das informações geradas dentro do ciberespaço pela rede mundial de computadores.

Nye (2010) demonstra que o poder cibernético existe então como uma capacidade de obter resultados através do uso dos recursos informacionais dentro do ciberespaço e ainda, como uma habilidade de utilizar o ciberespaço para criar vantagens e influência em outros ambientes operacionais em torno dos instrumentos de poder. Visto a natureza híbrida do ciberespaço, os objetivos, as vantagens e as influências ocasionadas pelo poder cibernético poderão acontecer tanto na camada física, ou infraestrutural, quanto na camada virtual desse ciberespaço (NYE, 2010; 2016).

Isso significa que ataques por meio da camada física do domínio cibernético, como por exemplo o bombardeamento de cabos e servidores, terão influências na camada virtual, da mesma forma que ataques originados do ambiente interno ao ciberespaço podem causar danos materiais na camada física (NYE 2016), como no caso do vírus Stuxnet, responsável por causar danos em instalações nucleares no Irã em 2010.

A primeira questão relaciona-se com o grau de intangibilidade das suas qualificações de poder. Zahran e Ramos (2010) apontam algumas situações nas quais os poderes duro e brando tornam-se difíceis de mensurar, escapando assim à proposição do autor estadunidense que afirma o poder duro como tangível e o poder brando como intangível (NYE, 2010; 2016).

Nesse aspecto citamos a importância da perspectiva crítica dos autores, que afirmam que Nye deixa o leitor sem esses critérios da tangibilidade para especificar seus conceitos e inferimos, que o mesmo problema conceitual se aplica à categoria de poder cibernético, dada a dificuldade técnica e teórica para a composição de um arcabouço conceitual capaz de especificar as questões que envolvem tal forma de poder (KELLO, 2012). Isto é o conceito de poder cibernético em Nye, apresenta um notável grau de intangibilidade e imprecisão, advindo por um lado da própria característica intangível do ciberespaço e, por outro lado, da relação que o autor faz entre o poder cibernético, o poder brando e o poder duro.

Outra questão de importante referência é a existência ou não de uma relação entre o poder brando e o poder duro. Em outras palavras, se há alguma dependência do primeiro para com o segundo. Nesse aspecto, temos novamente um problema de rigor metodológico. Nye (2016) afirmará que não, ou seja, o poder brando não depende necessariamente do poder duro, entretanto não oferece nenhum argumento teórico para justificar tal proposição e apenas apresenta exemplos que o justificam (ZAHNAN & RAMOS, 2010, p. 19). Passamos essa questão também no que se refere ao poder cibernético: Nye (2016) não explicita de forma clara se há alguma relação de dependência entre o poder cibernético e o poder brando ou duro, afirmando apenas que o primeiro pode ser utilizado tanto numa perspectiva dura quanto numa perspectiva branda. Em síntese, observamos, em acordo com Kello (2012), nas questões que envolvem o ciberespaço e o poder cibernético que ainda existe dentro do campo de estudo das relações internacionais uma lacuna sobre o tema, derivada em parte pelo alto grau de intangibilidade do mesmo, e em parte pela falta de interesse na temática.

Dentro da leitura das obras de Nye, uma atenção especial nos últimos anos à temática do poder cibernético. As tentativas empreendidas por Nye de caracterizar o poder cibernético e sua dinâmica em torno da revolução da informação contribuem grandemente para o estudo dentro da área. Todavia, encontramos também alguns

pontos de imprecisão metodológica, derivados do sistema de caracterização de outros conceitos já cristalizados do autor, a saber o poder brando e o poder duro.

1.1. Poder e legalidade

O poder é um dos conceitos mais comumente utilizados no estudo das relações internacionais. Os estudiosos das relações internacionais ainda tendem a ver e entender o poder de maneiras diferentes (DAHL, 1957). Alguns estudiosos enfatizaram a "força forçada" do poder e o poder definido como a capacidade de "A" forçar "B" a atingir o objetivo de "A".

Outros conceitos de poder enfatizam a constituição do sistema ou o ator, ou o discurso da rede de significado através da produção e reprodução. Para alcançar o controle indireto do poder, esses conceitos são usados principalmente por alguns estudiosos não convencionais, além disso, o poder é considerado uma propriedade de riqueza ou um ator por si próprio. Os estudiosos das relações internacionais falam sobre o poder absoluto de forma unilateral, ou seja, de um país soberano e seu monopólio estatal sobre o ambiente virtual.

A soma dos poderes que possui, por outro lado, discute relativos, isto é, poderes de propriedade do país em relação a outros países. A força é concebida como uma substância específica e os atores poderosos recebem armas, dinheiro, terra, população, terreno e assim por diante. Sem dúvida, a posse de recursos pode ser transformada em influência política, incluindo o poder sobre as redes de internet. Os países são classificados de acordo com suas capacidades porque os estudiosos das relações internacionais irão analisar "capacidades" como sinônimo de poder e recursos materiais do país são iguais às suas capacidades e se estas capacidades são iguais ao seu poder no cenário mundial.

Essas palavras são frequentemente usadas indistintamente, as características obrigatórias do poder são consideradas como garantidas por realistas e liberais. Mearsheimer (2001) define o poder como um país "A" obriga o país "B" a fazer o que ele queria de outra forma, mas de uma forma planejada por "A" e não por "B".

Dahl (1957) muitas vezes interpreta o poder como a natureza do relacionamento entre atores, Waltz (1979) por sua vez presta mais atenção ao poder relativo, mas apenas compara as capacidades de um país ao outro.

Keohane e Nye (1977) acreditam que o poder do país é afetado pelo grau e modo de interdependência e a relação entre atores. Tratam o poder como ator para deixá-lo como algo separado de Estados e governos, estes a um custo aceitável, fazem o que estão dispostos a fazer para alcançar o poder. Esta definição é semelhante ao conceito de monopólio da força. O conceito de "soft power" de Nye tornou-se bastante popular nos últimos anos, mas estudiosos estão mais inclinados a considerá-lo como uma característica diferente do poder, uma vez de que houve uma alteração fundamental ao conceito de poder material geral.

Para a maioria dos estudiosos das relações internacionais, a capacidade material é o principal critério para medir o poder. É mais claramente refletido na corrente de declínio dos Estados Unidos e a ascensão da China. Embora o conceito de poder seja amplamente reconhecido, o poder material tem problemas em diversos aspectos, aproveitar os recursos materiais não significa que tenha a mesma capacidade de moldar os resultados políticos.

Os Estados Unidos têm que suportar um enorme custo econômico e humano para a invasão e ocupação do Iraque, isto é entendido pelos estudiosos das relações internacionais como que o poder envolve principalmente meios para moldar os resultados (deixe B fazer o que A quer fazer).

Para entender-se o termo "Força" geralmente refletem sobre a discussão de Weber sobre a natureza do poder. Weber (1957) define poder como "A possibilidade de implementar sua vontade ignorando possíveis resistências em certas relações sociais", mas isso também é uma explicação do poder obrigatório, ele precisa ser analisado a partir de dois aspectos. Em primeiro lugar, os atores que implementam à sua vontade são influentes nas relações sociais.

Weber (1957) acredita que, quando muitos atores participam de "ação social significativa". Essas relações já existem, ou seja, isso, eles participam de uma série de atividades de intercâmbio socioeconômico e são construídas e incorporadas na compreensão assuntos de seu interesse. Em segundo lugar, a base para um ator

implementar sua vontade não é mais apenas uma base material, Weber (2008) colocou seus pensamentos sobre o seu trabalho sobre a legitimidade, acredita que as capacidades materiais são uma importante fonte de poder, mas a legalidade é igualmente importante.

Quando se trata de ordem política, Weber acreditava que a ordem política baseada em hábitos comportamentais era mais estável do que a ordem baseada no cálculo de benefícios completos, por sua vez, afirma que a ordem baseada no cálculo de interesses completos é mais instável do que a baseada em prestígio vinculativo ou "legitimidade".

Para Weber (1957), existem quatro condições para que um ator estabeleça uma ordem jurídica: primeiro, a carta tradicional de legalidade existente, segundo, é confiar em atitudes emocionais, especialmente o poder das emoções, dá às coisas novas uma legitimidade; em terceiro lugar, confiar no poder da razão, acreditar na universalidade, o poder do valor; quarto, atuando de acordo com a lei.

Nos últimos anos, muitas literaturas acadêmicas elaboraram o conceito de legalidade. De acordo com a análise de Suchman (2009), a legalidade é "baseada nessa ideia geral e de suposição assumem que a ação do ator é vista em certas normas sociais, valores e crenças, o trabalho é desejável e apropriado ". Este conceito implica três camadas de significado. Primeiro, a legitimidade é um conceito normativo. Ao descrever algo como legítimo, é dito que esse assunto é normativamente aceitável, e temos ambos os atores legais existentes.

A legitimidade é essencialmente um fenômeno social a legalidade de um ato ou ato é frequentemente determinada pelo mesmo. Esses pontos de vista muitas vezes se referem ao entendimento popular entre os assuntos. Um ator pode reivindicar de acordo com suas próprias preferências com base em suas legislações, estas ações serão legais.

Ao julgar a legitimidade do comportamento de um professor, somos baseados em "fazer ou não poder fazer seguindo as normas sociais para julgar", da mesma forma, ao julgar a legitimidade da interferência das grandes potências, nós confiamos principalmente no seguinte ao julgar pelos aspectos: as normas internacionais sobre o uso legal da força, a compreensão geral do conceito de

soberania e que os grandes países deveriam ter deveres e direitos, a interpretação destas normas é aberta e muitas vezes entra em conflito com outras interpretações. A explicação é que a legalização e a delegação de processos sociais são muitas vezes acompanhadas por uma forte concorrência política.

1.2. Desejo de poder

Ao negligenciar o valor da obediência voluntária, certos atores aceitam a legitimidade da autoridade política na tomada de decisões e regras e ordens específicas. Também obedecia a autoridade política. O valor da obediência voluntária permite que muitos atores políticos (indivíduos, governos e organizações) prestem sempre atenção à legitimidade política.

O grau depende do tamanho da ação política dos atores. O prefeito de uma pequena cidade atua apenas em uma área relativamente pequena e é legal para ele. No entanto, um ator como a China, os Estados Unidos, as Nações Unidas ou a Organização Mundial do Comércio, se tornam muito mais eficientes no seu poder real de tomada de decisões.

A ação política balística requer muito mais apoio de legitimidade. Na verdade, os atores globais muitas vezes precisam de vários domínios cruzados, apoio de níveis doméstico, regional, internacional ou transcontinental, o que torna o processo de legalização mais complicado.

Os estudiosos das relações internacionais tendem a ver o poder e a legitimidade como duas coisas diferentes, vendo o último como um impedimento ao poder ou o produto do poder. Na sua interpretação, o poder é expresso como capacidades materiais, embora também reconheçam que a legalidade é importante.

A legitimidade é um conceito muito diferente. Mesmo que eles interfiram uns com os outros, eles ainda estão separados um do outro: “A legalidade limita o poder e o poder limita a legalidade”. Embora o poder e a legitimidade sejam conceitualmente conflitantes, uma coisa é comum: a maioria dos estudiosos das relações internacionais é basicamente tende a definir o poder de um aspecto obrigatório. Isso também é evidente na definição de Dahl e Weber. Por exemplo, A força B de fazer algo, ou um ator irá implementar sua vontade independentemente da resistência de outros atores. Mesmo que saímos destes dois teóricos, existe uma

relação causal necessária entre recursos materiais e influência política, caso contrário, devemos separar o poder político dos recursos materiais, em outras palavras, a relação entre poder e legitimidade não é emprestada umas das outras nem simplesmente limitada uma à outra.

A legitimidade é apenas um fator que promove ou restringe, ela constrói o poder, que muda o caráter do poder. Os atores reconhecerão suas vantagens materiais e serão considerados atores legítimos por causa de suas vantagens materiais. Embora esta visão seja amplamente aceita, mas o erro reside ao pensar que a força material tem um significado constante e pode se defender contra a legalidade. Assume um ator o uso de vantagens materiais (maiores vantagens militares, econômicas e tecnológicas) pode ser identificado unilateralmente como ações legais.

A distribuição da autoridade política na ordem internacional é atribuída principalmente aos princípios organizacionais da ordem internacional e dados em contextos culturais e históricos específicos. Seu valor principal é determinado pelo valor relacionado. Os princípios organizacionais da autoridade política estipulam as principais unidades da autoridade política em uma ordem de países e suas relações. Os estudiosos das relações internacionais reconhecem o fato de que a ordem internacional existente é basicamente construída pelo princípio da soberania.

O estado é uma entidade política que tem elementos como autoridade e território. A relação entre as nações baseia-se na igualdade jurídica internacional e na independência judicial.

A globalização da soberania é acompanhada por dois processos interligados. A primeira é a expansão da soberania, a vida política nesta região com base na soberania.

A maioria das operações de expansão soberana ocorrem após o colapso do império, que desde então se tornou uma série de estados soberanos. A assinatura do Tratado de Paz da Westfália é um momento tão importante, onde foi estabelecido os princípios que caracterizam o estado moderno, destacando a soberania, a igualdade jurídica entre os estados, a territorialidade e a não-intervenção em assuntos internos dos estados soberanos.

O segundo processo não está apenas relacionado ao específico, não apenas o colapso do império, mas o próprio sistema imperial. Durante a maior parte dos últimos anos, os impérios eram uma regra totalmente reconhecida e era benéfico tanto para o centro quanto para a periferia do império. No entanto, no início da década de 1960, as Nações Unidas declararam que a ideia de império era mal. Sim, é favorável ao povo colonial gozando do direito à autodeterminação da nação e permitindo que muitas colônias dos impérios europeus se tornassem estados soberanos legítimos.

2: Construção do protecionismo na República Popular da China

O mundo moderno, desde o surgimento da rede mundial de computadores, vem criando formas de regulamentar o ciberespaço, contudo, estados soberanos podem regular da forma que lhes convêm para defender seus interesses de governo e de seus nacionais, de forma livre ou de uma forma mais rigorosa, no gráfico a seguir apresenta diversos modelos de censura, seja por interesses políticos, de segurança ou de conteúdos sociais sensíveis. Os estados que se encontram sob as três categorias são considerados os principais inimigos da liberdade de imprensa.

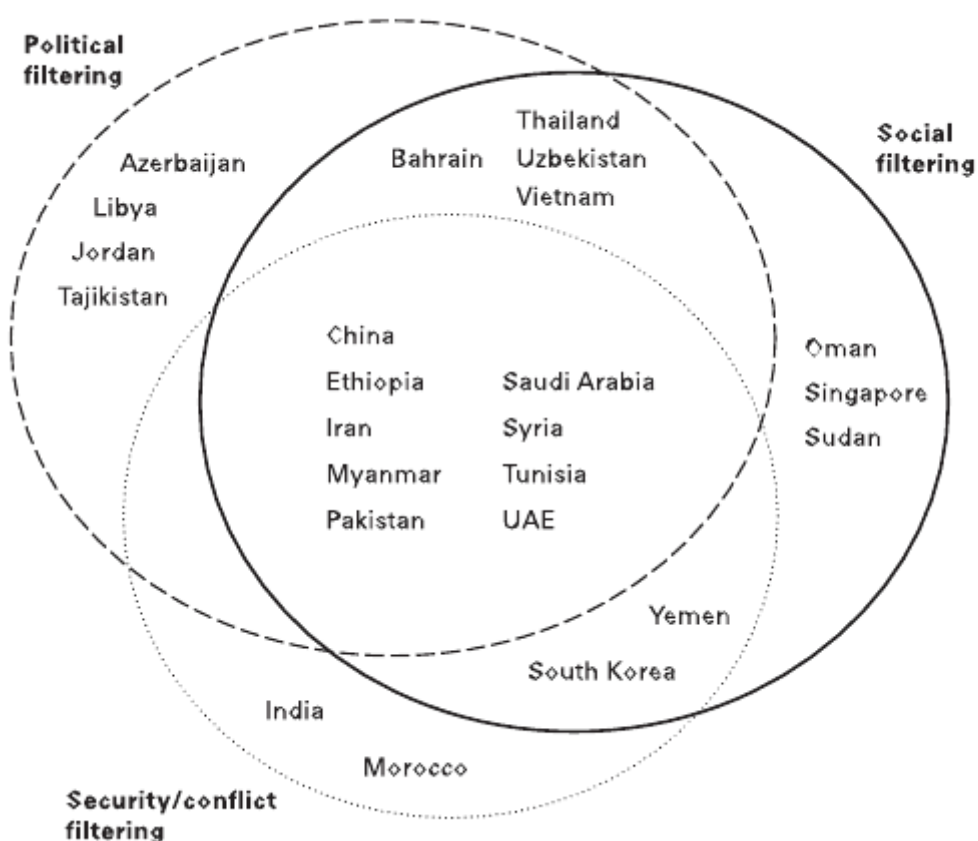


Gráfico 2 - Fonte: <<http://drrajivdesaimd.com/2012/01/12/internet-censorship-2/>>

A abertura econômica da China teve seu início em 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung, quando Deng Xiaoping assume o poder e introduziu reformas que começam pela abertura de mercado da China, as quais tiveram caráter mais econômicas do que políticas, foram praticadas até os anos de 1990. Deng critica

líderes intelectuais e denuncia Fang Lizhi ² pelo seu consentimento na “ocidentalização” da China, Deng também apoia prender estudantes que causem a ocidentalização da cultura chinesa, no início da década de 1980. Uma das frases mais famosas Deng Xiaoping é “Se você abrir a janela para ter ar fresco, você tem que esperar que moscas entrem também.” esta frase está relacionada ao protecionismo e ao período de reforma econômica chinesa, quando ficou conhecida como “Economia Socialista de Mercado” (HAIQING, 2009).

Seu governo, teve como um dos principais objetivos, reestruturar a economia chinesa para que fosse efetivamente controlado pelo governo central. Os principais setores que Deng Xiaoping tratou de investir o capital estatal e externo foram o de agricultura, indústria de base e indústria bélica.

Em 1983, The National Games Sports foi pela primeira vez transmitida por várias empresas de televisão, rádios e jornais internacionais, uma vez que antes eram transmitidas apenas por emissoras chinesas de televisão (JIANG, 2012).

A audiência da televisão chinesa chegou a 600 milhões de telespectadores, em 1985. A agência estatal de notícias Xinhua publica Liaowang, que é a primeira revista de notícias chinesas publicada em diversas partes do mundo. (JIANG, 2012)

O Massacre da Praça Tiananmen³, no dia 4 de junho de 1989, estudantes e trabalhadores protestam contra as políticas do Governo Chinês, pela liberdade e democracia, colocando os princípios da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. Com ordens de acabar com os protestos, o governo chinês usa a infantaria e tanques contra os manifestantes desarmados, um dia após esse ato, um manifestante sozinho se pôs à frente de um tanque, colocando a própria vida em risco. A mídia ocidental conseguiu filmar essa cena histórica, mas a identidade desta pessoa ainda é desconhecida (LANGLY, 2009).

Nos anos de 1992 a 1998, ocorrem diversos fatos que levam o governo chinês a adotar diversas medidas de censura no futuro próximo, um desses casos foi de um jornal de uma cidade que reporta notícias locais relativamente sem interferências do Governo Chinês, os editores do The Sichuan Daily lançam Huaxi Dushi Bao, que é distribuído em na cidade de Chengdu. Este jornal começou a

² Foi um astrofísico, vice-presidente da Universidade de Ciência e Tecnologia da China e ativista, cujo as ideias inspiraram o movimento estudantil de pró-democracia de 1986 e 1987.

³ Praça da Paz Celestial

desenvolver notícias de repórteres particulares, que eles mesmo faziam as notícias verificando os fatos.

Em 1994, a internet chegou a China e com o crescimento muito rápido da mesma, as conexões passaram a ser amplamente disponíveis ao público e para usar esse serviço, tinham que registrar as suas carteiras de identidade para acessar este serviço e assim começaram a notar que há um buraco na internet por não existir legislação sobre a mesma, com o passar dos anos, começou a ter alguns tipos de restrição à internet (WETHERBEE, 2010).

Em 1996, como a Internet tornou-se disponível no mercado para casas e empresas, estudioso de comunicação Manuel Castells publicou seu livro seminal, "The Rise of the Society in Web". Castells definiu a "sociedade moderna em rede" como "uma sociedade em que as estruturas sociais e atividades são organizadas em torno de redes de informação processada eletronicamente" (SCOTTON; HACHTEN, 2010).

Em 1998, o Partido Comunista da China (CPC) temia que o Partido da Democracia da China (DPC) criasse uma rede que a elite do CPC não tivesse acesso, rapidamente o DPC foi banido pelo Partido Comunista e grande parte do Partido da Democracia foi preso, no mesmo ano o CPC criou o "Golden Shield Project" para que houvesse maior controle da informação disponível na internet.

No final dos anos de 1990, ocorre a primeira ação judicial contra plágio na internet. Seis escritores, incluindo o Wang Meng, antigo ministro da cultura, processam uma companhia de Tecnologia da Informação por terem publicado o trabalho dos escritores sem a permissão dos mesmos e começaram a surgir serviços de internet que permitiam que o usuário se conectasse sem nenhuma forma de identificação, este serviço passou a ser amplamente difundido, logo os usuários chineses começaram a acessar a internet de forma anônima.

O governo chinês começou a usar tecnologia sofisticadas para tentar barrar o acesso anônimo à internet e para filtrar alguns certos sites estrangeiros, entre os métodos estão o Bloqueio de IP, Filtragem e Redirecionamento de DNS, Filtragem de URL's, Filtragem de Pacotes de Internet, Interceptação de mensagens por um terceiro "man-in-the-middle attack", "Resetar conexões TCP e Enumeração de Conexões, com isso sites chineses cresceram rapidamente para atender a demanda interna da China, já que começaram a ter uma grande vantagem sobre os demais sites estrangeiros (ZITTRAIN, 2003).

Pequim foi premiada com o direito de ser a cidade-sede das Olimpíadas de 2008, levando a China para o foco da imprensa mundial, parte dessa proposta para sediar as Olimpíadas de 2008, a China prometeu relaxar as leis de censura e “ser aberta em todos os aspectos com o resto do país e do mundo”. Em janeiro de 2007, o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao assinou um decreto que permitia jornalistas estrangeiros reportar sem permissão antes e durante os Jogos Olímpicos de Pequim.

O decreto também permitia jornalistas estrangeiros entrevistar qualquer pessoa e organização se houver consentimento do entrevistado, mas críticos acusam a China de renegar essa promessa. O Foreign Correspondents Club of China reportou que 180 repórteres estrangeiros foram presos, assediados ou atacados na China em 2007, apesar das normas relaxadas, apesar disso a China continua filtrando conteúdos domésticos e estrangeiros na internet (PRICE, 2008).

Em 2009, para combater a pornografia na China, é lançado o “Green Dam-Youth Escort” com o intuito de instruir a sociedade chinesa e barrar sites deste tipo. A China ataca o Google questionando a ferramenta de sugestão de sites pedindo para a mesma ser retirada, o CEO da Google Eric Schmidt afirma que ele se opõe a censurar esta ferramenta, mas aceita o pedido do Governo Chinês, porém afirma que pretende desbloquear a ferramenta em um futuro próximo. Um Alto Oficial do Governo Chinês ameaça o Google se ele vier a desbloquear essa ferramenta, com isso o Google decide sair da China e mover seus servidores para Hong Kong.

Usuários dentro da China e experts em liberdade na internet afirmam que tópicos como “Massacre de Tiananmen”⁴ e “Falun Gong”⁵ que são tópicos sensíveis ao Governo de Pequim, podem ser vistos no Google, mas não se pode acessar diretamente.

⁴ Também conhecido como “Massacre da Praça da Paz Celestial” ocorrido entre os dias 15 de abril e 4 de julho de 1989 na Praça da Paz Celestial localizada em Pequim.

⁵ É uma prática avançada de cultivo de mente e corpo, composta de cinco exercícios de qigong (chi kung), sendo quatro em pé e um sentado em meditação. Em 1999 o ex-líder do Partido Comunista Chinês (PCC) Jiang Zemin, iniciou uma violenta perseguição aos praticantes na China, alegando que a prática seria um culto diabólico, ou uma religião política opositora ao Partido Comunista.

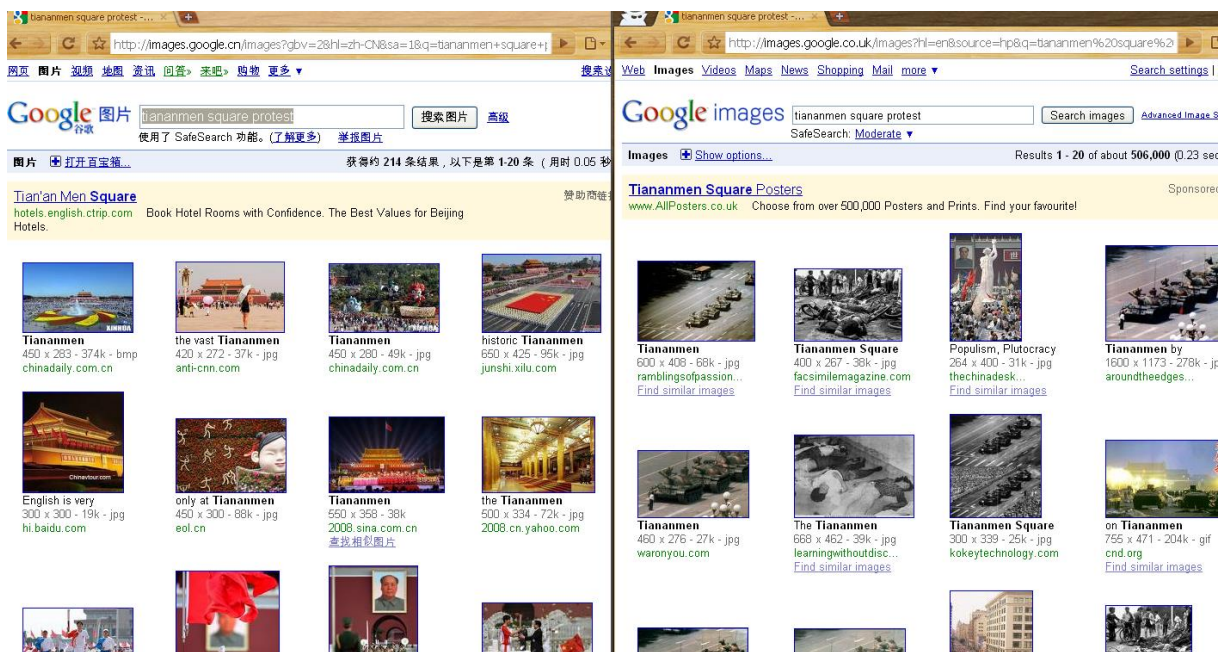


Figura 1 - Printscreen

Como pode ser visto na imagem acima, os resultados para as mesmas palavras-chaves no site do Google Imagens em suas versões chinesas e britânicas contêm resultados diferentes, pelo fato da censura feita pelo governo na China.

Em 2010, o maior provedor de domínios do mundo, GoDaddy, afirmou que a empresa iria parar de hospedar domínios “.cn” dentro da China, na declaração oficial a empresa disse “Nós nos recusamos de agir como agentes de Pequim e que esta é principal razão para a nossa decisão”, esta justificativa foi dada pelo exagerado número de rigorosas leis chinesas para regular o conteúdo na internet (QUELCH; JOCZ, 2010).

Com a China se tornando um ator principal na economia global, as políticas de mídia no território chinês têm se tornado cada vez mais rigorosas. Autoridades do governo estão tentando achar um jeito de balancear entre a necessidade de acessar a mais informações e controlar o conteúdo como jeito de manter o poder. O Governo Chinês tem consciência que eles precisam dar certa liberdade para imprensa, mas estão receosos sobre os “tipos” de liberdade os quais que poderão levar ao fim do governo (JEFFERIES, 2010).

Hu Jintao esperava ser mais liberal que os outros antecessores, mas com a política de mídia, continua a acrescentar regulamentações e a fazer prisões de jornalistas estrangeiros.

Apesar das restrições chinesas na mídia está se tornando mais comercializada, com a competição crescendo, estão diversificando conteúdo e o

jornalismo investigativo pelas agências de notícias chinesas. De acordo com o anúncio do Governo, o país tem mais de 2 mil jornais, mais de 8 mil revistas e 374 canais de televisão.

A China tem mais de 649 milhões de usuários de internet (O GLOBO, 2015), apesar das restrições de conteúdo online do governo, os funcionários censores preferem burlar o Firewall de controle de informações do governo. Somente agências estatais podem ter mídia própria na China, mas essas agências estão começando a privatizar as operações administrativas das mesmas.

Na atual política de censura chinesa, existem 4 pontos principais para considerar ao se analisar a controle e censura da mídia feita pela China. O primeiro é o esforço de isolar a China do resto do mundo, no contexto de informações. Para isso se realizar, a China torna mais difícil a entrada de jornalistas estrangeiros para fazer entrevistas, mesmo quando consegue a permissão do governo, a liberdade deles no país ainda é limitada.

Outra maneira de controle é causar interferência na recepção de serviços de rádios internacionais, também há restrições pesadas para os serviços de satélites internacionais, somente hotéis com três ou mais estrelas são permitidos para receber estes sinais. Geralmente com exceção de oficial de governo de um certo ranking, a população geral é mantida fora dos benefícios destes serviços (LEIB; HE, 2006).

O isolacionismo da China do mundo exterior vem de uma longa tradição, que ultimamente existem inúmeras barreiras para a mídia estrangeira, que as quais vêm enfrentando diversos obstáculos para conseguir entrevistas e até mesmo para conseguir autorização para realizar a reportagem sobre a China. Oficiais do governo geralmente recusam quando se trata de instrumentos de controle do governo chinês. Com essa política de internet isolacionista para separar a China ainda mais do resto do globo criou uma via de informações unidimensional, ou seja, uma via de mão única. Os principais eventos históricos e desastres naturais são geralmente reportados pela mídia estrangeira.

Em 2008 protestos tibetanos pacíficos acabaram tumulto, a mídia ocidental cobriu o acontecimento como “genocídio cultural” dos tibetanos, já a mídia chinesa noticiou o evento como uma evidência feita por Dalai Lama para contrariar as autoridades chinesas. Em 2008, um grande terremoto atingiu Sichuan matando 70 mil pessoas e deixando mais de 5 milhões de desabrigados, o governo chinês pediu

para os jornalistas que não viajassem para lá, mas essas ordens foram ignoradas, também foi a primeira vez que a Síndrome Respiratória Aguda Grave foi noticiada pela Revista Time (BLOXHAM, 2010).

Outra medida de controle da mídia na China é o controle de funcionários. Repórteres estrangeiros têm que passar pelas autoridades do Departamento de Publicidade do Partido Comunista da China. Os Repórteres Sem Fronteiras colocaram a China em 163 de 168 países no ranking de liberdade de imprensa. A constituição chinesa permite que a cidadãos chineses tenham liberdade de fala e imprensa, porém também diz que os cidadãos têm que defender “a segurança, honra e interesses da pátria”.

Os jornalistas têm sofrido assédios e prisões por violarem e revelarem assuntos confidenciais. “A estrutura de monitoramento do governo promove uma atmosfera de autocensura, se materiais publicados forem considerados perigosos para a segurança do Estado depois de aparecer na mídia, a informação pode ser censurada e os jornalistas podem ser processados” (REPORTERS WITHOUT BORDERS, 2007)

Os governos têm a tendência de controlar as informações que chegam a sociedade para barrar assuntos e temas delicados para a segurança e soberania nacional de seus governos. Sites sobre a liberdade de internet tem estudado documentos que revelam as principais maneiras de censura dos governos, o ponto-chave de para se estudar o monitoramento da internet na China são os servidores de DNS (Domain Name System) localizados no território chinês (SCOTTON; HACHTEN, 2010).

2.1. Método de filtragem da informação

2.1.1. DNS

Quando se acessa um site com domínio, o computador requisita pelo navegador, um DNS associado ao IP do computador, caso não o localize, o computador procura um DNS hierárquico, ou seja, ele continua procurando até que seja possível se conectar à rede e assim fazer o download de arquivos do site, quando se adultera um DNS, a resposta do servidor de DNS também é adulterada mas isso é causado de forma intencional para que se

possa controlar ou burlar o acesso à internet, com isso o servidor pode mentir sobre o endereço de IP associado ao computador por causa desse alteração no DNS, o que acarreta à criação de rede de três pontos, entre computador, o servidor e IP alterado, quando normalmente a rede é direta, ou seja, de dois pontos, entre o servidor e computador.

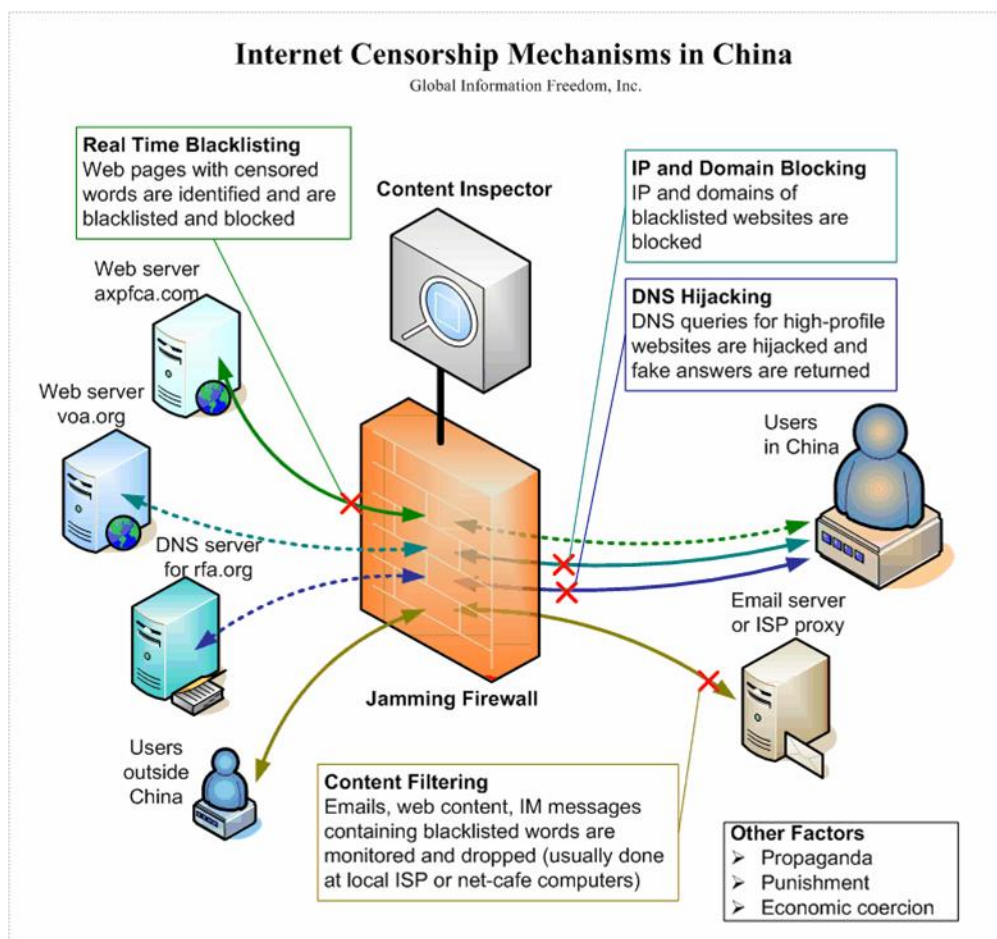


Gráfico 3 - Fonte: <<http://drrajivdesaimd.com/2012/01/12/internet-censorship-2/>>

O gráfico acima demonstra o processo de filtragem dos métodos por bloqueio de IP e Domínio e DNS citados nos tópicos 2.1.1. e 2.1.2.

O principal objetivo de se controlar o DNS, quando é feito por governo nacional, é que dessa forma o estado passa a ter maior controle sobre as informações que chegam à sua população, fazendo censura de temas sensíveis

2.1.2. Bloqueio de IP

O bloqueio de endereços IP é um bloco configurado por um servidor ou site que rejeita pedidos originados de IP ou intervalos de endereços específicos. Um bloco de endereço IP pode ser aplicado por um site, correio ou outro servidor. O

bloqueio de endereços IP é comumente usado para proteger de “ataques de força-bruta”. Tanto as empresas como as escolas que oferecem acesso remoto aos usuários usam programas Linux como o DenyHosts ou o Fail2ban para proteção contra acesso não autorizado, permitindo o acesso remoto permitido. Isso também é útil para permitir o acesso remoto aos computadores. Também é usado para censura na Internet.

O bloqueio do endereço IP pode ser usado para restringir o acesso a uma área geográfica particular ou a partir dela, por exemplo, a distribuição de conteúdo a uma região específica. Para conseguir isso, os endereços IP são mapeados para os países aos quais foram atribuídos. Isso foi usado, por exemplo, para direcionar os endereços IP da Nigéria devido à percepção de que todas as empresas originárias do país são fraudulentas, tornando assim extremamente difícil para empresas legítimas com base no país interagir com seus homólogos no resto do mundo. Para fazer compras no exterior, os nigerianos devem contar com servidores proxy para disfarçar a verdadeira origem de um pedido na Internet.

O principal objetivo do governo chinês é conseguir o máximo de benefício econômico com o controle da internet, a partir do ano de 2002, os bloqueios aos sites se tornaram cada vez mais sofisticados. Em 1998, tinha um milhão de usuários da Internet, em 2012 esse número cresceu para uma vertiginosa 420 milhões (maior do que a população dos Estados Unidos), entre eles, 200 milhões têm blogs, além disso, 277 milhões de 740 milhões de usuários da China de telefones móveis podem acessar a Web através de seus aparelhos celulares. (WU, 2014)

Adoção e promoção da Web de Pequim, no entanto, tem andado de mãos dadas com sua manipulação física da arquitetura e controle do uso de Internet, para o Partido, a Web não é algo inerentemente emancipatório, mas um intermediário que pode ser configurado e regulada de forma ad hoc. Wu Jichuan, o então ministro dos Correios e Telecomunicações foi citado em 1995 dizendo: "Ao vincular com a Internet, não queremos dizer absoluta liberdade de expressão. Acho que há um entendimento geral sobre o assunto. Se você passar pela alfândega, você tem que mostrar seu passaporte, é o mesmo com a gestão da informação." (YU, 2009)

Além da bem conhecida “Great Firewall da China”, uma filtragem tecnológica do sistema de bloqueio de conteúdo estrangeiro "prejudicial" para a China do conteúdo internacional, porta de entrada para o “World Wide Web”, o estado também adota uma abordagem censura multicamadas, a partir supressão sem corte de

dissidentes, o policiamento Internet, remoção de conteúdo, a disciplina de cyber cafés, as formas mais sutis: a regulamentação dos provedores de serviços de Internet, promoção da autocensura entre usuários e emprego de comentaristas cibernéticos para moldar a opinião pública.

2.3. Criação da “Administração do Ciberespaço da China”

A Administração do Ciberespaço da China (CAC) fundada em maio de 2011, era um escritório subordinado sob o Escritório de Informação do Conselho Estadual (SCIO). Desde abril de 2014, o CAC vem operando sob a supervisão direta do Escritório do Grupo-Líder Central para Assuntos do Ciberespaço (OCLGCA). O CAC, está sediado no mesmo prédio do Escritório do Partido Comunista para a Propaganda Externa, O CAC é responsável pela segurança do ciberespaço e pela regulamentação do conteúdo da internet, as principais funções estão dirigindo, coordenando e supervisionando o gerenciamento de conteúdo on-line e gerenciando a aprovação administrativa das empresas relacionadas ao relatório oficial de notícias on-line.

O CAC é a agência de aplicação para o setor de fornecimento de conteúdo da internet. Algumas das funções de administração relacionadas à Internet do Escritório do Conselho Estatal da Internet da China foram transferidas para o CAC também em abril de 2014, incluindo a emissão e administração de licenças para fornecer informações de notícias na internet e as licenças para instituições estrangeiras e suas subsidiárias da China para fornecer serviços de informações financeiras. O CAC também é conhecido como o Escritório Estatal de Informação na Internet (State Internet Information Office).

O gráfico a seguir demonstra como funciona a Administração do Ciberespaço da China (CAC)

IP What Gets You Censored on the Chinese Internet

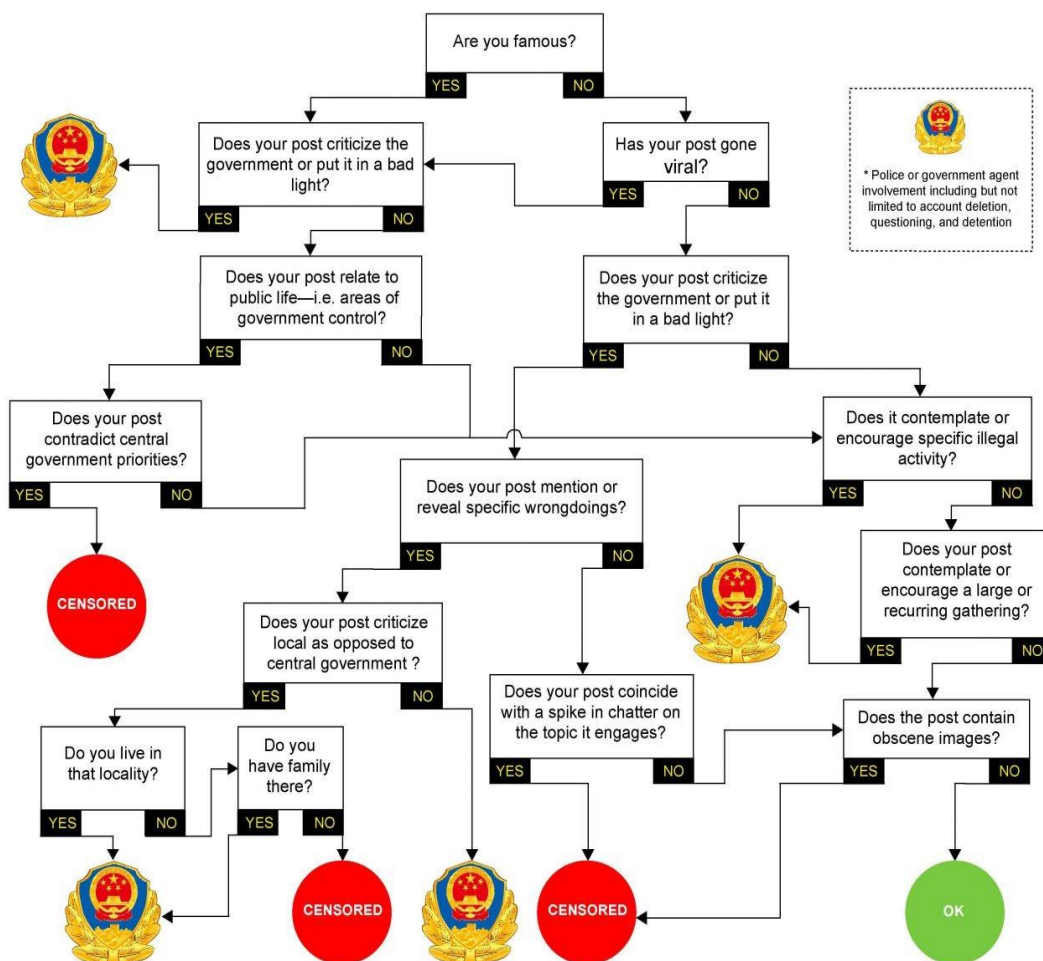


Gráfico 4 - Fonte: <<https://chinadaily.com/2015/05/01/this-chart-explains-everything-you-need-to-know-about-chinese-internet-censorship/>>

O CAC também mantém algumas funções de censura, incluindo a emissão de diretrizes para empresas de mídia na China. Após uma campanha para prender cerca de 200 advogados e ativistas na China, o CAC publicou uma diretiva dizendo que "Todos os sites devem, sem exceção, usar como padrão oficial os relatórios de mídia autorizada no que diz respeito às prisões de advogados problemáticos pelos departamentos que os considerarem relevantes".

Lu Wei, chefe do CAC, anteriormente era o chefe do Departamento de Propaganda de Pequim, e supervisionou o Escritório de Gestão da Internet, um "enorme esforço humano" que envolveu mais de 60.000 trabalhadores de propaganda na Internet e dois milhões de outros empregados fora da folha de pagamento (ZHAO, 2009). Foi essa experiência que ajudou o Secretário-Geral Xi Jinping a selecionar Lu Wei foi o chefe do recém-formado regulador da Internet, o CAC.

Com este protecionismo que é realizado pelo governo chinês, cria-se uma grande lacuna de vantagem de empresas sínicas sobre as empresas estrangeiras, já que as companhias estrangeiras não possuem acesso ao enorme mercado interno chinês, a população chinesa é de 1,379 bilhão, ou seja, um sexto de toda população mundial. (Banco Mundial, 2016).

As empresas de outros países não têm grandes chances quando entram no mercado chinês, uma vez que o governo sínico privilegia as empresas chinesas e de o mercado chinês prefere elas por estarem a mais tempo no mercado e por conhecer melhor os seus produtos, sendo assim, as empresas de fora não conseguem tanto espaço dentro do mercado chinês.

A censura feita pelo governo chinês é prejudicial a sua população, pois faz com ela não tenha acesso as informações que poderiam ter grande relevâncias para a comunidade científica e acadêmica chinesa e também afeta a sociedade civil como um todo por não terem acesso à informações básicas.

3: Elementos na Sociedade Civil e nas Empresas

O mercado chinês é considerado crucial pela maioria das empresas multinacionais para o crescimento e desenvolvimento delas, mas com o “Great Firewall of China”, isto torna difícil de entrar no mercado chinês quando se trata de internet, a China tem o maior sistema de filtragem de internet no mundo, este departamento emprega um pouco mais de 700 pessoas e os custos anuais chegam a 300 milhões (THOMPSON, 2006).

O líder de sites de busca na China, Baidu têm relações próximas com o governo chinês, já os executivos do Google por outro lado usam o lema “Don’t be evil” como protesto as normas impostas pelo governo chinês à sua população, palavras como “Massacre da Praça Celestial” (Tiananmen) e “Dalai Lama” são proibidas de se buscar e são bloqueadas em servidores de busca chineses. De acordo com uma análise mais recente do Google, o mercado chinês tem se tornado cada vez menor e de pouca importância quando se trata de internet.

Stanley Rosen, no seu “Jovens chineses e relações entre Estado e sociedade”, procura dar sentido à forma contraditória como os jovens chineses são classificados, concluindo que são os mais materialistas e individualistas e mais patrióticos em vários sentidos e formas.

O autor aborda como o Partido Comunista da China tem procurado oferecer à sociedade, diversas formas alternativas dos modelos ocidentais que eram enaltecidos de tal maneira pela geração da “Primavera de 1989” que falou sobre o “ocidentalismo”. Patricia M. Thornton analisa na obra “Censorship and surveillance in Chinese cyberspace: Beyond the Great firewall” (pp. 179 – 198), procurando debater as ideias de que existe uma relação entre a democracia e internet.

Pode-se concluir que a censura imposta pelo Governo não dissuade a utilização da rede, existem inúmeros proxies para se ultrapassar o “Great firewall”, mas que sondagens revelam que cerca de oitenta por cento dos entrevistados consideram que deve existir censura na internet e que o Governo chinês deve ser o responsável pela mesma, no entanto, a autora não ignora o grande poder que a

internet pode ter sobre a sociedade, como por exemplo, o poder de transmitir e formar uma rede para debater um assunto específico.

3.1. Google na República Popular da China

O Google é um dos principais sites de buscas do planeta, muito utilizado para a sociedade encontrar o que procura rapidamente, por exemplo, ajuda os cientistas a encontrar artigos, papéis de trabalho, entre outros conteúdos necessários para a sua pesquisa, mas no caso da China, a empresa e seus produtos associados encontram-se bloqueados e censurados pelo governo de Pequim, deixando mais 380 milhões de usuários sem acesso ao Google e seu site com domínio chinês "www.google.cn" (QIU, 2010).

No dia 12 de janeiro de 2010, David Drummond, vice-presidente sênior do Google para a China e chefe do departamento legal, afirmou que o Google teria que sair da China por inteira e de uma vez só, incluindo todos os serviços associados ao Google por causa de uma série de cyber-ataques que acreditam ter vindo da China continental e de um discurso feito por David Drummond para o governo de Pequim disse que "a base sobre a qual não podemos operar um sistema de busca dentro da lei" e "nós reconhecemos que isso pode poderia fechar o Google.cn"

O Google com domínio chinês foi lançado em janeiro de 2006, o acordo de entrada na China com a busca censurada sobre temas sensíveis ao governo chinês recebe intensas críticas internacionais, em resposta, o Google cria o slogan "Don't be evil", uma das razões para criar-se o Google.cn como parte do Google.com foi para facilitar o acesso do mesmo em todo o território chinês, segundo a empresa "A presença do Google tem ajudado o desenvolvimento da sociedade civil na China", caso o Google.cn feche, isso poderá acarretar o fechamento do Google.com em solo chinês (ZHAO, 2009).

Outros sites, como Facebook, YouTube e Twitter, tiveram restrições semelhantes as aplicadas ao Google, mas não teve tanta relevância por terem sido bloqueados pouco tempo depois de sua entrada na China e por tanto, não terem conseguido popularidade suficiente, o Google teve maior importância pelo fato de

cientistas chineses terem afirmado que o principal uso do mesmo era para se fazer pesquisas científicas (THOMPSON, 2006).

Vários veículos de notícia da mídia ocidental colocaram diversas opiniões sobre a necessidade do anúncio do Google sobre sua saída da China, alguns meios elogiaram e outros a acharam imprudente, já que a empresa tem diversos acionistas chineses. A agência de notícias oficial da China, Xinhua, fez uma breve declaração de que o governo chinês estava buscando mais informações sobre o assunto. Enquanto isso, alguns usuários do Google acenderam velas e colocaram flores em frente à sede da empresa em Pequim.

O Google não foi um pioneiro na China, Yahoo foi a primeira grande empresa de Internet americana para entrar no mercado, a introdução de uma versão em língua chinesa do seu site e abertura de um escritório em Pequim, em 1999. Executivos da Yahoo rapidamente aprendeu quão difícil China era penetrar e como desconcertantes barreiras culturais do país podem ser para os americanos, empresários chineses, por exemplo, raramente contam com e-mail, porque eles acham a ideia de deixar mensagens para ser socialmente desajeitado. Eles preferem trocas ao vivo, o que significa que gravitam em torno de telefones e mensagens de texto curtas em vez disso.

O Baidu, um motor de busca chinês que foi introduzido em 2001 como um concorrente cedo para Yahoo, capitalizou o fervor nacional de bate-papo e inventou uma ferramenta que permite às pessoas criar grupos de discussão instantânea com base em consultas de busca populares. Quando os usuários agora pesquisarem no baidu.com o nome de um famoso jogador chinês de basquete estrela Yao Ming, por exemplo, eles são mostrados não só links para reportagens sobre seus jogos; eles também são capazes de se juntar a uma sala de chat com milhares de outros e discutir sobre ele em salas de chat do Baidu (WANG, 2008).

Como Yahoo encontrou essas diferenças culturais, fizeram os sites operados por empresas americanas simplesmente traduzidos para usuários chineses e dirigidos para portais locais concebidos por empresários chineses. Estes sites, incluindo Sina.com e Sohu.com, tinha motores de busca menos úteis, mas eles estavam cheios de links para salas de chat e sites de notícias em língua chinesa aprovados pelo governo. Sentimentos nacionalistas podem ter desempenhado um papel, também, nos sites de sucesso da corrida chinesa se às custas do Yahoo.

O Yahoo também foi lento para tocar em outra força poderosa na vida chinesa: pirataria. Na maior parte do Ocidente, após as guerras do Napster, filme e pirataria de música é cada vez mais entendida como uma atividade ilícita; prospera, mas agora há um estigma contra tomando muito conteúdo intelectual sem pagar por isso. (Por conseguinte, a sucesso do iTunes.) Na China, o download de cópias ilegais de música, filmes e software é tão normal e aceito como verificar o tempo online. Executivos do Baidu descobriu cedo que muitos usuários jovens estavam usando a internet para caçar pirata MP3, por isso a empresa desenvolveu uma interface fácil de usar especificamente para esta finalidade.

Os ativistas independentes e movimentos pró-democracia pode terem ganhado algumas escaramuças iniciais, mas não se pode supor que os seus adversários permaneceram fracos e não qualificada na navegação e manipulação de redes de comunicações digitais. Na verdade, os governos e outros cujo poder é ameaçado por revoltas digitais estão aprendendo rapidamente a investir recursos para construir a sua capacidade de influenciar e moldar redes de comunicações digitais em direto, bem como formas indiretas.

As políticas de censura da Internet estão preocupando principalmente com dois princípios fundamentais baseados na usabilidade e a censura, o primeiro, de limite ou degradação do desempenho e o segundo é da aplicação de censores. O primeiro princípio está preocupado com a promoção de usabilidade, ou seja, a política deve tentar censurar informação que pode ser prejudicial para o Estado, sem sobrecarga ou de desempenho. O segundo princípio corresponde à obtenção de um determinado nível de exatidão em relação aos conteúdos censuráveis.

Embora várias formas de meios de comunicação tenham sido utilizadas no passado para se comunicar e informar o público dos acontecimentos atuais, nenhum é tão formidável para regimes autoritários como a Internet, por exemplo, a imprensa ajudou a espalhar a informação, acelerando a publicação e divulgação de livros e jornais, enquanto rádio e televisão facilitou a rápida comunicação de eventos e, ajudou a expandir a cobertura global de notícias, no entanto, a internet permite uma geração muito mais rápida e espalhar de informação e ideias em comparação com as tecnologias anteriores.

Além disso, as inerentes características da Internet e as informações de controle na rede extremamente desafiador. Uma razão que faz com que a informação na Internet de difícil controle em comparação com outras formas de

mídia é que as fronteiras nacionais são mais permeáveis on-line, residentes de um país que proíbe certas informações podem encontrá-las em sites hospedados fora do país.

3.2. Promoção direcionada pelo estado

O governo chinês conseguiu promovendo uma indústria de Tecnologia da Informação dinâmica com empresas privadas, mantendo o controle sobre o setor. Telecomunicações estatais empresas (China Telecom, China Unicom e China Mobile) dominam o mercado com seus investimentos. Decisões que eles fazem, geralmente aprovado pelo governo, determine o tipo de tecnologias serão desenvolvidas, definindo assim a condições estruturais para a indústria e seu regulamento. Além disso, o governo promove seus próprios padrões tecnológicos através do estado programas, geralmente em estreita colaboração com empresas chinesas de TI, como ZTE, Lenovo e Datang Mobile.

As empresas chinesas estão conquistando cada vez mais sucesso no campo da infraestrutura de TI, fato que é parcialmente devido ao apoio estatal. Além de Huawei e ZTE, ambos fornecedores de equipamentos de rede de reputação internacional, estas novas empresas também são ganhando posição no mercado agora: empresas tais como Inspur e Dawning Industries são usando tecnologia chinesa para desenvolver servidores e supercomputadores para tarefas complexas de computação, até agora principalmente para o mercado interno.

Esta tecnologia é particularmente relevante para redes seguras, uma vez que mesmo pequenos erros no código de programação podem destruir as bases de produtos de TI seguros. A China se tornará mais independente dos produtos de TI estrangeiros nos próximos anos. No entanto, não há consenso entre os especialistas sobre se essa independência aumentará a segurança da rede no todo. Conhecer os padrões de qualidade, por exemplo, monitorando a cadeia de suprimentos ou tendo um exame independente do código-fonte, é um critério crucial para a segurança do software. No entanto, muitas empresas de TI na China ignoram esses padrões.

As tecnologias de criptografia são um problema diferente: esta parte da infraestrutura de TI não só protege discos rígidos e documentos, mas também protege as conexões de internet contra acesso não autorizado. No entanto, os

regulamentos de importação rigorosos impostos às empresas chinesas apenas permitem que eles adotem padrões internacionais de criptografia, como RSA, que é usado por muitos governos e corporações, em casos excepcionais. Em vez disso, eles devem contar com métodos de criptografia chineses, que só oferecem proteção parcial.

Os fornecedores chineses devem depositar um tipo de chave de esqueleto com o National Encryption Leading Group (referido como o procedimento Key Escrow). Esse procedimento protege dados de hackers e governos estrangeiros, mas o governo em Pequim pode obter acesso a ele a qualquer momento através da chave-mestre do esqueleto do site.

3.3. Going out – Oportunidade e desafio para as empresas chinesas

O Ministério chinês da Indústria e da Informática tem feito a estratégia "Going Out" desde 1999. Isto é usado para apoiar empresas chinesas de sucesso e torná-las competitivas internacionalmente e foi expandido para incluir o setor de Tecnologia da Informação também. Os empréstimos com juros baixos e o apoio ativo das embaixadas chinesas são as ferramentas com as quais o governo pretende aumentar a competitividade desses campeões nacionais em mercados internacionais.

A Huawei, por exemplo, recebeu um empréstimo de juros baixos de dez bilhões de dólares pelo Banco de Desenvolvimento da China para financiar sua expansão internacional, mas esta promoção sistemática do setor de TI também apresenta problemas para as empresas chinesas: a tecnologia da RPC é percebida como uma ameaça à segurança por parte de outros países, embora não haja evidências concretas de que o governo tenha colocado portas traseiras em roteadores, dispositivos móveis telefones ou outros dispositivos até à data. A Huawei ofereceu para equipar o London Underground com tecnologia sem fio móvel para os Jogos Olímpicos de 2012 gratuitamente, uma oferta no valor de mais de 500 milhões de CNY (cerca de 65 milhões de euros), mas o lado britânico rejeitou a oferta por motivos de segurança. (WU, 2014)

Tanto as empresas como o governo chinês estão tentando impedir a perda de confiança em seus produtos. A Huawei, por exemplo, lançou uma campanha de transparência para lidar com preocupações na Europa. A empresa estabeleceu um

centro de pesquisa no Reino Unido para permitir auditorias de segurança independentes do código de seu programa pelo governo britânico.

O maior fabricante mundial de telefones celulares do mundo, Xiaomi está empregando uma tática diferente: para eliminar preocupações sobre portas traseiras em seus próprios serviços de nuvem na China, a empresa está configurando nuvens e locais em mercados-chave como a Índia. Os usuários locais podem depositar seus contatos, entradas de calendário e outros dados lá em vez de na China. Esta medida provavelmente se destina a aumentar a confiança dos usuários na marca mais do que qualquer outra coisa, no entanto.

Apesar das dúvidas iniciais, as empresas chinesas já estão desfrutando de um grande sucesso em alguns mercados estrangeiros. Huawei e Lenovo agora estão entre os principais fabricantes de produtos de TI para o mercado consumidor europeu e americano, por exemplo. A Lenovo realmente ultrapassou a Hewlett-Packard, líder do mercado anterior no setor de PCs, em 2014, assegurando uma participação de mercado de quase dezessete por cento.

As empresas chinesas de TI ainda acompanham os líderes globais na área de infraestrutura de comunicações móveis. Enquanto a alternativa chinesa ao UMTS, TD-SCMA, é usada apenas na Nicarágua e no Zimbábue fora da China, as redes com o novo FDD-LTE chinês fazem parte da infraestrutura de rede na Alemanha e em outros países europeus.

Os computadores em todos os escritórios oficiais devem ser convertidos de sistemas operacionais Windows para chinês. Os sistemas mais conhecidos são o NeoKylin OS e o Red Flag Linux. As tecnologias chinesas ainda não atingiram a maturidade total: os usuários reclamam problemas de compatibilidade, falta de alternativas de software e facilidade de usuário inadequada " C um déficit que se espera que seja eliminado pelas empresas domésticas de TI formando uma aliança, como mencionado anteriormente.

3.4 O custo da censura na internet

Isolacionismo e protecionismo levam a outro problema para as empresas chinesas de TI: a obrigação de censurar a internet. A censura não só afeta a liberdade de expressão, mas também afeta toda a economia.

Operar uma rede social na China é caro. O Escritório de Informação da Internet do Conselho Estatal coloca restrições estritas sobre a informação da

internet. Para cumprir esses controles, os ISPs devem empregar dois a três censores por cada 50.000 usuários. Para a Sina Weibo, com cerca de 300 milhões de usuários, isso significa empregar 15 mil pessoas com o único propósito de monitorar o conteúdo das páginas que os usuários invocam uma enorme empresa com repercussões financeiras consideráveis. Em comparação, o líder do setor, o Facebook, emprega um total de apenas 8.500 funcionários em todo o mundo. (WETHERBEE, 2010)

A censura na Internet também prejudica o desenvolvimento de software e aplicativos. O Google e outros ISP concedem aos desenvolvedores o acesso global a bibliotecas de programas e fontes da Web de forma gratuita. Este serviço ajuda os programadores a economizar tempo e dinheiro. Como os dados na China são bloqueados pela censura da Internet, os programadores precisam reconstruir os próprios dados.

3.5. Cyber-segurança

Censura e ataques cibernéticos prejudicam negócios porque as empresas estrangeiras na China devem cumprir regulamentos cada vez mais rigorosos no setor de TI, dificultando sua capacidade de proteger os segredos comerciais e dificultando a cooperação internacional.

A China representa o maior mercado do mundo para a Apple. Em outubro de 2014, tornou-se conhecido que os hackers tinham direcionado a transmissão de dados para o serviço iCloud da empresa. Devido à complexidade do hack, os especialistas em TI suspeitam que o governo chinês estivesse por trás do ataque ou, pelo menos, sabia disso. No entanto, apenas alguns dias depois, o chefe executivo da Apple, Tim Cook, foi para Pequim e realizou discussões com decisões-chave na sede do partido, Zhongnanhai. Isso mostra que Pequim tem que lidar com reservas de segurança por parte das grandes empresas ocidentais, apesar do seu poder de mercado.

Outras empresas também sentem o impacto de ataques cibernéticos e censura. A colaboração internacional com serviços como o Gmail, Google Docs ou Dropbox está se tornando cada vez mais disfuncional. O mesmo se aplica às redes privadas virtuais (VPNs), com as quais os usuários buscam proteção para informações e segredos comerciais.

Os fluxos de trabalho de rotina de corporações globais funcionam apenas em uma extensão limitada na República Popular da China. Em empresas internacionais, por exemplo, muitos aplicativos de negócios, como estatísticas e programas de banco de dados, não são executados em computadores locais, mas sim em servidores baseados em sede corporativa. Se as conexões são lentas ou as VPNs instáveis, essas aplicações nem sempre podem ser acessadas da China.

Mais de metade das empresas americanas questionadas em uma pesquisa recente pela Câmara Americana de Comércio na China indicaram que a censura na internet é prejudicial para seus negócios. Os bloqueios de sites e ferramentas on-line recentemente acelerados aceleraram ainda mais essa tendência. Mais de oitenta por cento das empresas europeias no relatório da China de impacto negativo sobre as perspectivas de negócios. Treze por cento ainda adiaram os investimentos em P&D devido a eventos atuais. Os meios de comunicação informam que corporações internacionais, como a General Motors, já estão no processo de transferir sua sede asiática para Cingapura, Japão ou Vietnã. Os motivos para isso incluem não apenas a censura, mas também fatores como a má qualidade do ar e a proteção inadequada da propriedade intelectual.

Muitas empresas, incluindo as do setor digital, reclamam de espionagem industrial há anos. Segredos de empresas e planos de construção são alvos favoritos de hackers chineses.

As empresas americanas de segurança cibernética e o FBI culpam o governo chinês por apoiar e até engajar hackers. Provavelmente, isso é escasso, pois os hackers profissionais são capazes de cobrir suas faixas ou deixar trilhas falsas.

3.6. Padrões técnicos paralelos são um desafio para empresas ocidentais

Os fornecedores ocidentais no mercado chinês devem estar em conformidade com os padrões de TI chineses paralelos. A tecnologia de LAN sem-fio chinesa chamada WAPI ("Autenticação WLAN e infraestrutura de privacidade") é um exemplo. Embora a criptografia WPA2 tenha se tornado o padrão internacional, a China passou deliberadamente de maneiras separadas desde 2003. Para fornecedores estrangeiros de roteadores e dispositivos compatíveis com WLAN, isso significa que eles têm que compartilhar seu código fonte com uma das onze

empresas de TI chinesas licenciadas e contribuir para o desenvolvimento do padrão WAPI. Devido ao apoio WAPI insuficiente, a Apple não tinha permissão para vender a primeira versão do iPhone na China em 2010, até que os ajustes fossem feitos.

3.7. A pirataria é um problema para o mercado digital

As disputas entre as empresas de TI, chinesas e ocidentais, sobre a sua quota de mercado e o acesso ao mercado são bastante secundárias à segurança dos usuários na China. Para eles, é imperativo que eles possam comprar de forma segura em linha e que seus computadores não possam ser pirateados.

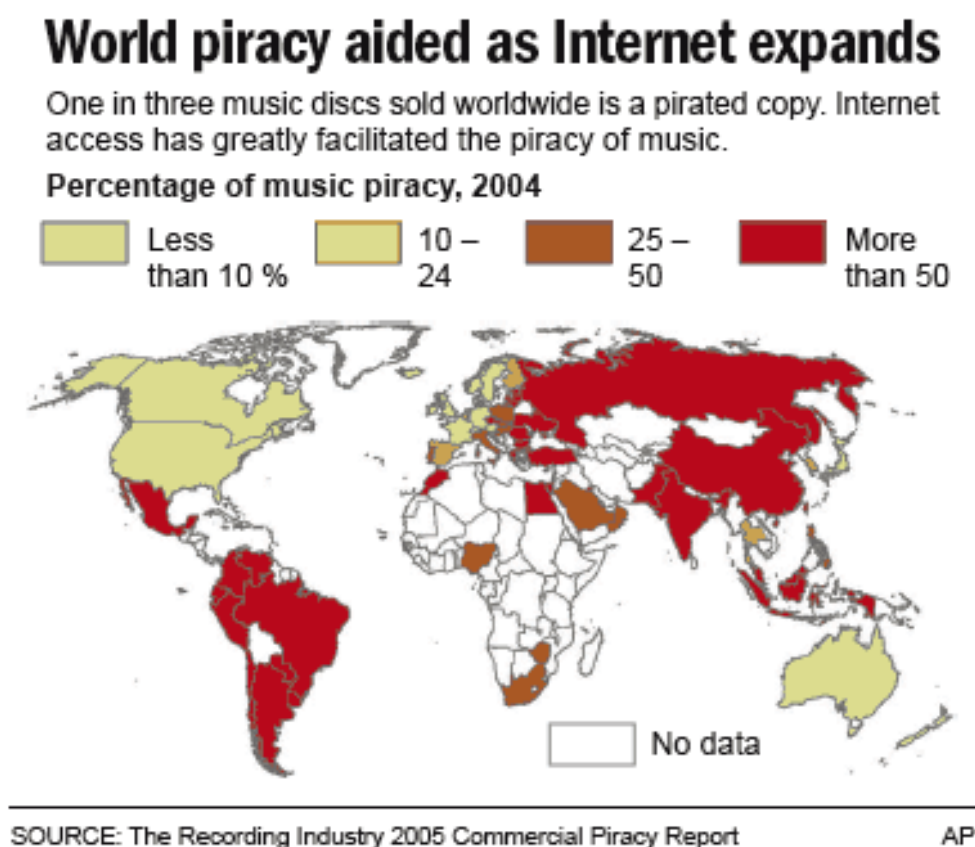


Gráfico 5 - Fonte: *The Recording Industry 2005 Commercial Piracy Report*

A pirataria na República Popular da China costuma ser altíssima desde de a implementação da internet em seu território conforme visto no gráfico de 2005 da Indústria de gravadoras de música.

Existem mercados importantes de eletrônicos em cidades como Shenzhen e Hong Kong. Os visitantes têm uma ampla seleção de produtos de software e hardware para escolher, muitos dos quais são fabricados e distribuídos ilegalmente, no entanto.

A pirataria de software é claramente prejudicial aos fabricantes ocidentais: de acordo com seus próprios números, eles perdem bilhões em taxas de licença.

Os dispositivos sensíveis não são apenas um risco de segurança para seus usuários, eles também ameaçam a segurança da rede em todo o mundo: se as lacunas de segurança não forem fechadas, os criminosos podem obter acesso aos dispositivos dos usuários e empregá-los como "computadores zumbis" em botnets. Isso permite roubar dados de acesso adicionais de usuários ou sites de ataque ou infraestrutura de rede. Os sistemas operacionais vendidos ilegalmente também contêm frequentemente vírus incorporados deliberadamente.

3.8 Redes de hackers na China

Os hackers criminais são uma ameaça para o bem-estar e a privacidade dos usuários de internet chineses. Os serviços ilegais são oferecidos descaradamente em fóruns públicos, portanto, obviamente, há pouco medo de ser processado.

Os meios e os meios com os quais os serviços ilegais são oferecidos e anunciados na China diferem fundamentalmente daqueles nos países ocidentais. Embora o comércio de senhas roubadas ou os dados do cartão de crédito geralmente sejam executados por meio de redes criptografadas, os hackers chineses coordenam suas atividades ilegais em grupos de bate-papo abertos no QQ ou em fóruns geridos pelo Baidu. Um dos motivos para isso é que o Tor, um serviço de "anonimização" de internet, está bloqueado na China.

É oferecida uma grande variedade de serviços com preços razoáveis. Os criminosos podem comprar acesso à servidores com os quais podem infectar usuários com malware ou enviar mensagens de spam. Cavalos de Tróia feitos sob medida ou criação de páginas falsas de inscrição para bancos e redes sociais também estão disponíveis - assim, PCs e smartphones também podem ser espiados.

3.9. A política alemã contra o protecionismo chinês

A expansão constante da China de sua própria indústria de TI e o crescente isolamento de produtos estrangeiros foram sentidos intensamente pelos fabricantes internacionais. A política cibernética da Alemanha em relação à China deve estar preparada para o conflito. Em longo prazo, a China não concordará em se integrar a

um sistema de segurança cibernética definido por conceitos ocidentais. Na verdade, Pequim já está trabalhando com outros países recém-industrializados em padrões paralelos para a governança da Internet, que tem sido dominado pelo Ocidente até agora.

No que diz respeito aos serviços e produtos de TI para setores de alta tecnologia, por exemplo, na área de Indústria 4.0 e software de negócios especializado, as empresas alemãs podem confiar em sua competitividade diante dos rivais chineses. A questão é, por quanto tempo? Por conseguinte, seria avisado que a Alemanha perseguisse uma política que já se revelou eficaz em outros campos. Em vez de trabalhar para mudanças fundamentais na segurança cibernética chinesa, o Governo Federal da Alemanha deve se concentrar em objetivos pragmáticos que sejam atingíveis na prática. Afinal, há temas urgentes suficientes para serem tratados como tal, como melhor proteção de propriedade intelectual ou acesso seguro ao mercado para empresas alemãs.

3.10. Facebook

A censura de postagens individuais de mídia social na China geralmente ocorre em duas circunstâncias:

- 1 - Empresas / governo contratam censores que leem postagens individuais de redes sociais e descartam manualmente posts que estão contra a política.
- 2 - Posts que serão principalmente autobloqueados com base em filtros de palavras-chave, e decidir quais publicarão mais tarde.

No segundo semestre de 2009, os sites de redes sociais Facebook e Twitter foram bloqueados, presumivelmente por causa de comentários sociais ou políticos. Um exemplo é o comentário sobre os tumultos Ürümqi de julho de 2009 (YU, 2009). Outro motivo sugerido para o bloqueio é que os ativistas podem utilizá-los para se organizar pelas redes sociais.

Em 2010, o ativista chinês de direitos humanos Liu Xiaobo tornou-se um tema proibido na mídia chinesa devido à sua conquista do Prêmio Nobel da Paz 2010. Palavras-chave e imagens relativas ao ativista e sua vida foram novamente bloqueadas em julho de 2017, logo após sua morte. Após a colisão de Wenzhou em

2011, o governo começou a enfatizar o perigo de espalhar "rumores falsos", tornando o uso permissivo de Weibo e redes sociais um debate público.

Dentro do Facebook, o trabalho para retornar à China é muito mais profundo, a rede social desenvolveu software silencioso para impedir que as publicações apareçam em feeds de notícias das pessoas em áreas geográficas específicas, de acordo com três funcionários antigos e atuais do Facebook, que pediram anonimato porque a ferramenta é confidencial. O recurso foi criado para ajudar o Facebook a entrar na China, um mercado onde a rede social foi bloqueada, disseram essas pessoas. Mark Zuckerberg apoiou e defendeu o esforço, acrescentaram as pessoas.

O gráfico a seguir demonstra os equivalentes chineses de cada site estrangeiro, inclusive do Facebook



Gráfico 6 - Fonte: <<http://www.thomascrampton.com/wp-content/uploads/china-social-media-infographic-2.png>>

O Facebook já restringiu o conteúdo em outros países, como o Paquistão, a Rússia e a Turquia, de acordo com a prática típica das empresas de internet americanas que geralmente cumprem os pedidos do governo para bloquear determinado conteúdo depois de publicado. O Facebook bloqueou cerca de 55.000 peças de conteúdo em cerca de 20 países entre julho de 2015 e dezembro de 2015, por exemplo. Mas o novo recurso leva isso um passo adiante, impedindo que o conteúdo apareça em feeds na China, em primeiro lugar. (THE NEW YORK TIMES, 2016)

A empresa não pretende suprimir as postagens em si, em vez disso, ofereceria o software para permitir que um terceiro, neste caso, provavelmente uma empresa parceira chinesa, monitora histórias e tópicos populares que se expandem quando os usuários os compartilham através da rede social, disseram as pessoas. O parceiro do Facebook teria então o controle total para decidir se esses posts deveriam aparecer nos feeds dos usuários.

Os atuais e antigos funcionários do Facebook advertem que o software é uma das muitas ideias que a empresa discutiu com relação à entrada na China e, como muitos experimentos dentro do Facebook, talvez nunca veja a luz do dia. A característica, cujo código é visível para os engenheiros dentro da empresa, até agora não foi utilizada, e não há indícios de que o Facebook tenha oferecido as autoridades na China.

CONCLUSÃO

Desde o surgimento da internet houve várias tentativas e formas de tentar regulamentar o meio virtual. Diversos países procuram meios para criar leis para seu ciberespaço, alguns menos e outros mais conforme seus interesses nacionais, países como Líbia, Omã e Coreia do Sul fazem vigilância na sua internet para proteger os nacionais, mas outros países como China, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos fazem um controle mais rigoroso a tal nível que chega a ser invasivo à suas populações locais. Neste gráfico abaixo podemos averiguar que há vários países que censuram sua internet para proteger seus interesses nacionais para que o regime de seu governo permaneça intacto.

Nesta pesquisa pudemos observar que o governo da República Popular da China criou diversas formas para vigiar seus nacionais na web, como a Administração do Ciberespaço da China, também conhecida como Escritório da Comissão de Segurança Central da Internet e Informatização e diversos métodos para a mesma finalidade, como bloqueio de IP, filtragem de DNS, localização geográfica, entre outros, criando assim uma estratégia de protecionismo da internet Chinesa e criando uma barreira de proteção do mercado interno, criando assim, um mercado consolidado para as empresas chinesas.

O conceito de cyber-poder surge quando Nye (2010) exprime a ideia de que os Estados começam a utilizar a internet para ajudar nos interesses nacionais e defender sua nação de ameaças externas, com tudo, a ideia de Estado e governo devem se manter fortes para que as leis nacionais sejam respeitadas mesmo dentro de uma rede mundial de informações, quando um Estado como a China decide vigiar a internet para manter seus interesses, a sociedade chinesa e empresas estrangeiras são as principais afetadas por essas decisões se isolar, sendo este o país mais populoso do mundo, do restante do globo.

Empresas estrangeiras perdem um enorme mercado e bilhões de dólares em comércio exterior por não terem como acessar o mercado chinês, isto quando a empresa chinesa decide ir para o país de sua concorrente e pegar parte do comércio local para expandir ainda mais sua empresa. Podemos notar que desta forma utiliza internacionalização de empresas sínicas como forma de política de governo e diplomacia como do soft power.

A barreira gerada pelo “Grande Firewall da China” oferece incontáveis vantagens para empresas e companhias da China devido a facilitação do governo para ter acesso ao mercado interno, com base nisto podemos concluir que a política de “Going Out” do governo para encorajar suas empresas a irem para mercados de outros países têm mostrado resultados extremamente positivos, podemos observar empresas como a Lenovo e Huawei como exemplo que deram certo com esta política para a internacionalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOXHAM, Donald; MOSES, A. Dirk (Ed.). **The Oxford handbook of genocide studies**. Oxford University Press, 2010.

CHINA, B. D. A. The Internet in China. 1999.

CHOUCRI, Nazli. Explorations in Cyber International Relations: A Research Collaboration of MIT and Harvard University. 2015.

CRANDALL, Jedidiah R. et al. ConceptDoppler: a weather tracker for internet censorship. In: **ACM Conference on Computer and Communications Security**. 2007. p. 352-365.

CZOSSECK, C.; GEERS, K. Towards an Evolving Theory of Cyberpower. **The Virtual Battlefield: Perspectives on Cyber Warfare**, v. 3, p. 18, 2009.

DAHL, Robert A. The concept of power. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 2, n. 3, p. 201-215, 1957.

FERNANDES, J. Utopia, liberdade e soberania no ciberespaço. **Nação e Defesa**, v.133, p. 11 – 31, 2012.

GANTZ, John F. et al. The dangerous world of counterfeit and pirated software. **IDC White Paper**, 2013.

HWANG, Ji-Jen. China's cyber warfare: the strategic value of cyberspace and the legacy of people's war. 2012.

JACOBS, Andrew; HELFT, Miguel. Google, citing attack, threatens to exit China. **New York Times**, v. 13, 2010.

JEFFRIES, Ian. **Political developments in contemporary China: A guide**. Routledge, 2010.

JIANG, Min. Authoritarian informationalism: China's approach to Internet sovereignty. **Jiang, M.(2012). Authoritarian informationalism: China's approach to internet sovereignty in P. O'Neil. & R. Rogowski (Eds.), Essential Readings of Comparative Politics (4th Ed.), New York: WW Norton & Company, 2012.**

JOHNSTON, Alastair Iain. The evolution of interstate security crisis-management theory and practice in China. **Naval War College Review**, v. 69, n. 1, p. 28, 2016.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence: World Politics in Transition (Boston, MA: Little, Brown). **Google Scholar**, 1977.

KSHETRI, Nir; ARGENTINA, July. Cybersecurity and International Relations: The US Engagement with China and Russia. In: **Proc. FLACO-ISA Joint Conf**. 2014.

LANGLEY, Andrew. **Tiananmen Square: Massacre Crushes China's Democracy Movement**. Capstone, 2009.

LEBERKNIGHT, Christopher S. et al. A taxonomy of Internet censorship and anti-censorship. In: **Fifth International Conference on Fun with Algorithms**. 2010.

LEE, Jyh-An; LIU, Ching-Yi. Forbidden City enclosed by the great firewall: the law and power of filtering in China. **Forbidden City Enclosed By The Great Firewall: The Law and Power of Filtering in China (March 7, 2012)**. *Minnesota Journal of Law, Science and Technology*, v. 13, n. 1, 2012.

LEIB, Ethan J.; HE, Baogang (Ed.). **The search for Deliberative Democracy in China**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

LOWE, Graham; WINTERS, Patrick; MARCUS, Michael L. **The great DNS wall of China**. MS, New York University, v. 21, 2007.

MACKINNON, Rebecca. Networked authoritarianism in China and beyond: Implications for global internet freedom. **Liberation Technology in Authoritarian Regimes**, Stanford University, 2010.

MEARSHEIMER, John. The tragedy of great power politics. **New York: WWW & Norton Company**, 2001.

NYE JR, Joseph S. **Cyber power**. HARVARD UNIV CAMBRIDGE MA BELFER CENTER FOR SCIENCE AND INTERNATIONAL AFFAIRS, 2010.

NYE JR, Joseph S.; WELCH, David A. **Understanding global conflict and cooperation: an introduction to theory and history**. Pearson, 2016

O GLOBO, **Usuários de internet na China ultrapassam os 649 milhões em 2014**, visto em 27 de maio 2016 <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/usuarios-de-internet-na-china-ultrapassam-os-649-milhoes-em-2014-15231412#ixzz5DtqEAcf7>>

PRICE, Monroe; DAYAN, Daniel (Ed.). **Owning the Olympics: Narratives of the new China**. University of Michigan Press, 2009.

QIU, Jack Linchuan. Virtual censorship in China: Keeping the gate between the cyberspaces. **International Journal of Communications Law and Policy**, v. 4, n. 1, p. 25, 1999.

QIU, Jane. A LAND WITHOUT GOOGLE? A survey reveals how Chinese scientists could be affected by the stand-off between their government and the search-engine giant. **Nature**, v. 463, p. 1012-1013, 2010.

QUELCH, John A.; JOCZ, Katherine E. **Google in China**. Harvard Business School, 2010

RAUD, Mikk. china and cyber: attitude, strategies and organization. In: **cyber research WorkshoP 2015**. 2015. p. 12.

SCOTTON, James F.; HACHTEN, William A. (Ed.). **New media for a new China**. John Wiley & Sons, 2010.

SEGAL, Adam. Chinese Cyber Diplomacy in a New Era of Uncertainty. **Hoover Institution, June**, v. 2, 2017.

THE NEW YORK TIMES, **Facebook Said to Create Censorship Tool to Get Back Into China**, visto em 21 de maio de 2016
<<https://www.nytimes.com/2016/11/22/technology/facebook-censorship-tool-china.html>>

THOMPSON, Clive. Google's China problem (and China's Google problem). **The New York Times**, v. 23, 2006.

TKACIK JR, John J. **China's Orwellian Internet**. Backgrounder, n. 1806, 2004.

VALERIANO, Brandon; MANESS, Ryan C. International Relations Theory and Cyber Security. **The Oxford Handbook of International Political Theory**, p. 259, 2018.

WALTZ, Kenneth. Theory of international relations. **Reading: Addison-Wesley**, p. 635-650, 1979.

WANG, Nan. Control of Internet search engines in China--A study on Google and Baidu. 2008.

WANG, Tricia. GOOGLIST REALISM: The Google-China saga and the free-information regimes as a new site of cultural imperialism and moral tensions. In: **The Eighth International Conference on New Directions in the Humanities. UCLA. Los Angeles, California, June**. 2010.

WANG, Xiaoru. Behind the Great Firewall: The Internet and Democratization in China. 2009.

WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. Simon and Schuster, 2009.

WETHERBEE, Rebecca J. Censorship and Evolving Media Policy in China. **The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications**, v. 1, p. 112-18, 2010.

WU, Yue. The Impact of Internet Consumption on China's Economic Development. 2014.

YELI, Hao. A Three-Perspective Theory of Cyber Sovereignty. **Prism: a Journal of the Center for Complex Operations**, v. 7, n. 2, p. 108-120, 2017.

YU, Haiqing. **Media and cultural transformation in China**. Routledge, 2009.

ZHAO, Jinqiu. A snapshot of Internet regulation in contemporary China: Censorship, profitability and responsibility. **From Early Tang Court Debates to China's Peaceful Rise**, p. 141-151, 2009.

ZITTRAIN, Jonathan L.; EDELMAN, Benjamin G. Internet filtering in China. **IEEE Internet Computing**, March/April, 2003.